



Alex Nunes Silva
Universidade Federal do Maranhão
alexnunes_18@hotmail.com

**“DE INFERNINHO À POLÍTICA DA SAÚDE E NÃO DOENÇA”: UM ESTUDO
SOBRE AS ATUAIS REVITALIZAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO
LUÍS - MA**



São Luís
2016

1. INTRODUÇÃO

Os telejornais locais e nacionais têm noticiado a situação de abandono e precarização do Centro Histórico de São Luís. Estampado nas capas dos jornais ou gravado através das câmeras de vídeo, o conteúdo se torna repetitivo e já é bem conhecido pelo público: cenas de precarização e abandono, em que prédios históricos estão ruindo, ruas com lixo e bueiros sem tampa. Uma grande espetacularização dos largos períodos de ausência do poder público, em conjunto com os entrevistados que reproduzem o senso comum, deixando o telespectador com sensação de impotência e descrença, enquanto que as alternativas para solucionar ou minimizar os problemas passam discretamente no *script* jornalístico.

Nestor Canclini (1994, p.103) defende que há quatro paradigmas político-culturais os quais definem os objetivos de preservação do patrimônio: tradicionalismo substancialista, em que os bens históricos tem valor por si só, independente do seu uso atual; o mercantilismo, em que os capitalistas veem uma oportunidade para o progresso econômico através da valorização do espaço; conservacionista e monumentalista, pelo papel do Estado na preservação e promoção do patrimônio; e o participacionista, em que são levados em consideração as necessidades globais da sociedade, trazendo para o debate opiniões construtivas da população.

Em São Luís, as feições originais dos casarões e da obra arquitetônica localizados no Centro Histórico têm sido alterados com bastante frequência, principalmente em períodos de revitalização ou na ausência do mesmo: prédios fechados com tijolos ou grades, permitindo o crescimento de grama, acúmulo de lixo e o uso do espaço como banheiro público. Em outros casos, visando o lucro, faz-se a demolição dos casarões, pois o custo é alto para mantê-los, para vir a ser estacionamentos rotativos, um dos grandes gargalos para que possa ocorrer transição de carro pelo Centro. Há também exemplos em



que a iniciativa pública e privada adquire imóveis, os descaracterizando, para a reprodução de atividades ligadas ao comércio e serviços, como a rede *Subway*, postos de atendimento ao cidadão e etc.

Diante desse quadro, os poderes municipal, estadual e federal, entraram em comum acordo visando a restauração do Centro Histórico. Tendo como referência as ações adotadas pela atual gestão municipal, no ano de 2015, o Prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (2013 - 2016), nomeou Fábio Henrique Farias Carvalho, turismólogo, vindo a ocupar o primeiro cargo de subprefeito de uma região da cidade, função essa similar em grandes cidades como São Paulo e Brasília. Dentre os objetivos da nova subprefeitura é a descentralização das ações para que a esfera municipal aja de forma mais efetiva no Centro Histórico, região com casarões e praças que remetem a fundação da cidade e suas atividades socioeconômicas a época.

A investigação desta pesquisa se deu após as primeiras obras de revitalização serem entregues em 2015, que gerou críticas entre artistas, frequentadores locais, profissionais do ramo da arquitetura, urbanismo, geógrafos dentre outros, como no caso da Praça Mauro Machado, em que houve uma ampla reconfiguração daquele espaço, dando outra finalidade para a praça, que outrora era ponto de encontro entre jovens, artistas, e que servia como abrigo para moradores de rua.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar o caráter do processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís, tomando como referência as ações desenvolvidas pela atual gestão municipal (2013 - 2016).

2.2 ESPECÍFICO



- Problematizar o discurso da (re)produção do espaço sob a ótica de autores reconhecidos no assunto (Carlos, Rodrigues, dentre outros);
- Elaborar um breve histórico dos processos de revitalização do Centro Histórico no Brasil e em São Luís;
- Analisar as ações de revitalização recentes promovida pela atual gestão municipal que compreende os anos de 2013 – 2016.

3. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para se analisar todo esse perfil social, arquitetônico, econômico, político e cultural toma como base o posicionamento de Botelho (2005) explana o diferencial que as cidades devem ter para se diferenciar das demais, sendo o *marketing* elemento fundamental, que inclui aspectos ligados às tradições e cultura local e que estes centros precisam se revitalizar para tornar a cidade competitiva, ainda mais que, em um mundo globalizado, há esse intuito de atrair fluxos de capital.

Ainda de acordo com Botelho (2005), em São Luís, a pesquisa deste autor constatou que, durante a revitalização de alguns casarões na região da Praia Grande, que servia de abrigo para a população empobrecida do Centro, as mesmas foram expulsas dali, sendo realocados para outras regiões da cidade, em bairros afastados do Centro e do local de trabalho e fonte de renda. Com isso, os moradores criaram a União dos Moradores do Centro Histórico, em 2003, servindo como canal de comunicação entre os moradores ameaçados de despejo com as autoridades.

Nesse sentido, a elaboração deste artigo envolve estudos sobre a problemática urbana que envolve processos de revitalização de Centros Históricos, teve análises de referências da área, de autores como Ana Fani, David Harvey, Henri Lefébvre, Ermínia Maricato, dentre outros. Foram feitos estudos de documentos oficiais do IPHAN,



UNESCO, Governo do Estado do Maranhão, que serviram de base para compreender as dinâmicas de revitalização do Centro Histórico de São Luís em períodos anteriores.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas, com auxílio de gravador de voz, com o atual superintendente do IPHAN, Alfredo Costa, com o subprefeito do Centro Histórico, Fábio Henrique, no período de março de 2016, visando compreender a visão e a atuação desses órgãos no Centro Histórico. Também foi entrevistada a Presidente da União dos Moradores do Centro Histórico, gestão 2015 - 2016, Patrícia Arouche, pois compreendo que essa entidade representa a voz e as necessidades da comunidade do Centro Histórico. Com auxílio de máquina fotográfica e diário de campo, foram registrados as atuais intervenções. Com isso, esta pesquisa pretende subsidiar a elaboração de novos trabalhos que envolve o estudo da (re)produção do espaço em Cidades Históricas.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Os usos e as transformações no espaço estão em constante dinâmica. Autores como Ana Fani (1994) utilizam a categoria (re)produção do espaço, no intuito de compreender essa complexidade que envolve os espaços urbanos e a cidade. Para Rodrigues (2007) o urbano é "um conceito, pois qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade, compreendendo o espaço em sua complexidade, pois abrange uma série de atividades como agronegócio, turismo, áreas inundadas para produção de energia hidroelétrica, dentre outros". Já a cidade, para a autora, é "a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcado, marcado e estabelecido. As cidades contêm delimitação espacial. Lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços. A cidade é o centro da decisão política do urbano".

De acordo com Carlos (2011), com a valorização do capital, novas atividades serão desenvolvidas, promovendo assim acumulação através da exploração dos espaços. O turismo é peça chave dessas ações, em que a venda da cultura e a imagem de



uma cidade são fatores que geram lucro, pois esses espaços estarão aptos a serem consumidos.

De acordo com o IPHAN (2014), o que iniciou a elaboração de políticas e acordos que envolvem a preservação de patrimônios histórico e culturais em território brasileiro se deu em abril de 1970, através do Compromisso de Brasília - I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeito de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Este evento promovido pelo Ministério da Educação e da Cultura promoveu a realização de estudos e medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico. Uma luta que deveria engajar estas esferas, além de universidades e outros profissionais que elaborassem artigos e monografias no incentivo de preservação, catálogo e como fonte de pesquisa para estudantes e comunidade.

Entre 1971 até os dias atuais, de acordo com fontes do IPHAN (2014), houve uma série de encontros e congressos entre autoridades e profissionais da área, para a elaboração de compromissos, cartas e declarações, em cidades com patrimônio histórico bastante forte, como Salvador, Brasília, São Paulo, Fortaleza para firmar pontos novos ou ratificar os compromissos firmados em eventos anteriores.

Fazendo uma análise dos discursos, práticas e das políticas propostas nos encontros nacionais sobre os Centros Históricos, percebe-se que as medidas criadas a cada evento são repetitivas ou então aperfeiçoadas baseadas em estudos técnicos. Ressalta a importância da comunidade, sociedade civil e comunidade acadêmica na participação desses processos de preservação, pois os três grupos sociais contribuem com a vivência, com a experiência e com o conhecimento técnico-científico, servindo para a elaboração de inventários, dossiês sobre esses espaços, contribuindo para a salvaguarda dos Centros Históricos.

De acordo com a UNESCO (1997), até o ano de 1966, as ações de preservação e revitalização no Centro Histórico de São Luís estavam unicamente sob responsabilidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Devido a dificuldade de comunicação e a distância de São Luís dos grandes



centros urbanos da época, como Rio de Janeiro e Brasília, se percebeu que não era possível somente o SPHAN ser o responsável em preservar o patrimônio histórico de São Luís, mas também a população e as autoridades locais.

Nos anos entre 1940 e 1960, houve tentativas de modernizar o Centro Histórico de São Luís, porém nos anos 70, com a construção da barragem do Bacanga e da construção da Ponte José Sarney, os projetos de revitalização foram abandonados. Surgiu uma nova dinâmica urbana na cidade, com a ligação entre os diversos pontos da cidade que antes eram feitos de barco, em geral por pescadores.

Entre 1979 - 1994 foi desenvolvido o projeto Praia Grande. Vários especialistas brasileiros em patrimônio se reuniram em São Luís para analisar a proposta de revitalização para o Centro Histórico da capital maranhense, de autoria do arquiteto americano John Gisiger. Foram traçados alguns objetivos para a preservação e revitalização, em que foi escolhido o bairro da Praia Grande como ponta pé inicial dessas intervenções (UNESCO, 1997).

Durante esse período, vários casarões, feiras, praças, foram alvos de revitalização. Nos anos entre 1983 - 1986 houve uma interrupção nos serviços por conta da falta de recursos. Porém, em 1987, com José Sarney na presidência, marca o retorno dos investimentos para os programas de revitalização e preservação do Centro Histórico, com um valor de 25 milhões de dólares. Foram feitas obras de infraestrutura, construção de redes subterrâneas de energia, urbanização de praças, jardins, restauração de calçadas e ruelas, criação de rua de pedestres além da instalação de pontos de água para os bombeiros (UNESCO, 1997).

Em relação ao período atual, que tem como parâmetro o período da atual gestão municipal de Edivaldo Holanda Júnior (2013 - 2016), foram feitas análises do discurso de dois agentes do Centro Histórico, coletados durante o trabalho de campo¹ e em outras fontes²: o subprefeito Fábio Henrique Farias de Carvalho e o Superintendente do IPHAN em São Luís - MA, Alfredo Costa. Escolhi agentes articulados a estes dois

¹ Depoimentos coletados em março de 2016

² Depoimentos coletados na rede social *facebook*



organismos oficiais, por considerá-los centrais na execução das políticas de revitalização do Centro Histórico. Entrevistei também a Presidente da União dos Moradores do Centro Histórico, Patrícia Arouche.

Algumas das falas mais emblemáticas do Subprefeito chamam atenção:

Aqui era o Inferninho!!! Durante décadas esse espaço serviu para o assassinato de dezenas de pessoas envolvidas em tráfico de drogas, prostituição infantil, bebedeira desenfreada e sobretudo, muito problema para os moradores do bairro do Desterro. Numa decisão corajosa do Prefeito #EdivaldoHolandaJunior, a #SubPrefeitura do centro colocou o local que se chamava de “Inferninho” literalmente no chão e com uma parceria com o #IPHAN e o Governo do Estado, estamos construindo uma baita praça esportiva com Pista de corrida, quadra de esporte, academia aberta, jardinagem e Posto de Polícia. Entre Agosto e Setembro o antigo Inferninho será entregue a comunidade, para que nele se pratique saúde e não doença. É disso que eu tenho orgulho. De ajudar a mudar completamente uma realidade. Vamos avançar e muito em outros pontos que necessitam de intervenções como essa: Corajosa, dura e fundamentais para a mudança de uma área.³

Dia 8 de Setembro estará pronta e no ponto de ser entregue para a Comunidade do Desterro a praça onde por muitos longos anos, funcionou um local conhecido como "Inferninho". Nesse local, estamos construindo uma Praça Esportiva com Paisagismo, Posto Policial e completamente requalificada. Antes, um local para prostituição infantil, consumo e venda de drogas, em breve, Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.⁴

Em uma tentativa de desconstruir a fala do Subprefeito, Aquino (1998), afirma que "um fator determinante do contexto é a frustração das expectativas e das condições de exclusão social que são próprias daqueles grupos vulneráveis, como são de maneira geral da juventude popular urbana".

Na entrevista concedida⁵, o subprefeito menciona que “lacrou 42 casarões e que as pessoas não são obrigadas a se internar, e se essas pessoas se encontram nessa situação é por responsabilidade da ausência de leis federais”. A Lei promulgada Nº 276 de 20133, de autoria do vereador Francisco Carvalho, institui que o Programa Municipal de Tratamento e Acompanhamento de Dependentes Químicos e Drogados no município de São Luís, deve assegurar e propiciar tratamento e acompanhamento aos dependentes químicos, criar clínicas de reabilitação, atendimento diferenciado a menores de idade,

³ Depoimento coletado na rede social *facebook*.

⁴ Depoimento coletado na rede social *facebook*.

⁵ Entrevista realizada em março de 2016



formação a agentes de saúde, dentre outros incisos. Esta lei ainda estimula a parceria do município com outras instâncias governamentais, empresas e ONG's. Portanto, o município de São Luís, de acordo com a lei, tem a obrigação de oferecer assistência e tratamento às pessoas em situação de vulnerabilidade, o que contrasta com a fala do Subprefeito.

O gestor, em seu discurso tanto “no virtual como no real”, passa a ideia de que o Centro Histórico é um grande objeto de valor de troca. Os termos “charme”, “colocar no chão o inferninho”, parece de aproximar com uma política de higienização urbana.

De acordo com de Sá (2008), o movimento higienista teve início no Brasil entre os séculos XIX e XX, exportado da Europa, que passou pela época da Revolução Industrial. Foi pautado nos princípios da salubridade, higienização e embelezamento das cidades. Estes princípios, junto às teorias sobre o contágio e a proliferação de doenças, dão início a uma nova forma de pensar e de gerir os espaços, sobretudo o das cidades, posto ser aí o lugar em que se davam as principais ocorrências de epidemias que assolavam e dizimavam um grande número de seus habitantes (DE SÁ, 2008).

Tomando como análise as entrevistas do subprefeito e do superintendente⁶, percebo que os gestores afirmam ter constante diálogo com a comunidade. No entanto, em entrevista com a Presidente da União dos Moradores do Centro Histórico, Priscila Arouche, foi revelado que não houve até o momento nenhum encontro entre as partes. Os espaços de discussão, segundo o depoimento da Presidente, parecem ser limitados, quando ela afirma que “ele (o superintendente) pede a opinião dos moradores”; em outro questionamento, a Presidente afirma “ainda ninguém nunca me chamou pra me perguntar o que a União achava”. O superintendente do IPHAN na entrevista também entrou em contradição quando diz: “o Centro Histórico só tem vida se a comunidade estiver [...] participando” porém, em outro questionamento, afirma: “a gente ainda não conseguiu avançar em uma comissão de governo mesmo, onde está envolvida a sociedade, a Prefeitura, o Governo do Estado, a União, pra discutir de forma mais aberta e mais horizontal com a comunidade”. A ausência de participação da comunidade na construção das políticas de revitalização do Centro Histórico, revela que os documentos e acordos firmados em anos anteriores não estão sendo

⁶ Entrevistas realizadas em março de 2016



colocados em prática. Desde a elaboração da Carta de Veneza em 1931, foi declarado que a para se preservar e revitalizar os espaços históricos, é de fundamental importância que qualquer cidadão se envolva nessas atividades. O superintendente do IPHAN em sua fala enfatiza que para dar vida ao Centro Histórico é preciso manter parcerias com setores estratégicos e empresas que invistam no lugar. De acordo com o superintendente, o IPHAN “não está preocupado somente em fiscalizar prédio antigo, ele também está preocupado em dar vida para o Centro Histórico, então para dar vida a gente precisa implementar algumas atividades econômicas, então nossos principais parceiros hoje além dos governos municipal e estadual”.

Canclini (1994) reforça a ideia do uso do patrimônio como espaço de disputa entre três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os grupos sociais. A ação privada é pautada pelas atividades de acumulação econômica e pela força de trabalho. Não pode ser visto somente como um elemento agressor ao patrimônio, pois a especulação imobiliária e as atividades do ramo turístico podem promover a preservação desses espaços para aumentar o valor dos imóveis ou atribuir um novo significado para os mesmos. Já o Estado tem a função de reabilitar sítios arqueológicos, centros históricos, criação de museus, resgatar culturas populares, ou seja, atividades que preservem e mantenham vivos a identidade e o passado das cidades. Os grupos sociais, por sua vez, organizados e mobilizados, trabalham para a defesa e o uso do patrimônio, através de soluções coletivas visando o bem estar de todos.

Com essa perspectiva é possível afirmar que, em tempos atuais, nos processos de revitalização do Centro Histórico de São Luís, essas atividades promovem a exclusão de parte das pessoas em relação ao uso da cidade, em que se revela uma atuação contraditória do Estado, aprofundado ainda mais as desigualdades e segregação sócioespaciais. A cidade assim se transforma em mercadoria, em valor de troca, em que se sobrepõe ao valor de uso. O valor de troca é a busca pelo lucro, onde os capitalistas enxergam a possibilidade de arrecadar mais recursos financeiros através da exploração de um determinado espaço. Essa prática é muito comum em grandes e médios centros urbanos, como a venda do lazer em shopping centers, ofertando segurança e comodidade aos



frequentadores, o que tem atraído o público inseguro de frequentar espaços abertos. Na prática, em relação ao Centro Histórico, as ações desenvolvidas pelos gestores e pela iniciativa privada, através da higienização daqueles espaços, privilegiam atividades que tragam retorno econômico, como o turismo e a cultura enquanto mercadoria. As ações que integre a comunidade na tomada de decisões ainda se mostram bastante tímida. Para se formar uma sociedade menos desigual, é preciso sobrepor o valor de uso sobre o valor de troca, tendo um caráter mais social, satisfazendo as necessidades da sociedade e da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço enquanto categoria de análise geográfica serve como uma ferramenta para a compreensão das relações entre o homem e o lugar, em que se mostram as mazelas e a marginalização de grupos sociais devido às exigências do capitalismo para sua expansão; a dinâmica tempo-espaço atribuído às transformações advindas ao uso e ocupação dos espaços ao longo do tempo. Cabe ao geógrafo analisar esses fenômenos, problematizando essas práticas que impactam sobre o espaço e sobre o homem.

Aliando ao discurso sobre o uso dos espaços pelas funções capitalistas com as ações de revitalização, essas práticas trazem consigo a valorização de áreas históricas que estavam em processo de degradação. As atividades vinculadas ao capitalismo global, como o turismo, é uma das ações mais beneficiadas, pois gera novas receitas para o Estado e para o capitalista que investe naquela área.

As revitalizações são feitas onde o capital poderá ser investido e que traga retorno ao investidor. E para isso, é necessário que haja uma valorização da área, sendo através da remoção ou exclusão de antigas práticas e antigos usuários, tão bem observado nas primeiras manifestações de intervenção no Centro Histórico no período estudado.

BIBLIOGRAFIA



AQUINO, Julio Groppa. **DROGAS NA ESCOLA.** Alternativas teórico e práticas. Summus Editorial. São Paulo, 1998.

BOTELHO, Tarcísio R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil:** uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. Revista Eure (Vol. XXXI, n. 93), pp. 53-71. Santiago de Chile, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf>>

CANCLINI, Nestor. **REVISTA DO IPHAN Nº 31 de 1994.** Disponível em:<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=.](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=)> Acesso em 10 de março de 2016

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo. Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos Sobre a Cidade. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em:<http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** Editora Pinsky. São Paulo, 2011.

DE SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael. **A cidade no despertar da era higiênica:** a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854 – 1912)

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226.>> Acesso em 25 de março de 2016

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A cidade como direito.** IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Los Problemas Del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm.>> Acesso em: 15 de março de 2016.

UNESCO. Dossiê Único. **Proposta para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.** Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIS_pt.pdf.> Acesso em 15 de março de 2016